

País capta US\$ 1,1 bi em 2 meses

A entrada de investimentos estrangeiros diretos nos dois primeiros meses deste ano surpreendeu o próprio governo, que esperava um volume ainda menor: US\$ 540 milhões contra US\$ 687 milhões em 1990 e US\$ 694 milhões em 1991, informou ontem o presidente do Banco Central, Francisco Gros. A importância desse desempenho é que o dinheiro investido diretamente fica mais tempo no País, na forma de instalações, contribuindo para aumentar e melhorar a produção. O investimento indireto (em ações) pode ser repatriado de um momento para outro, dependendo da vontade do aplicador.

Computado o dinheiro externo que entrou nas bolsas (US\$ 560 milhões) em janeiro e fevereiro, os investimentos estrangeiros somam US\$ 1,1 bilhão em 1992, contra US\$ 1,4 bilhão investidos em todo o ano passado. Essa nova leva de

capitais externos, depois de vários anos de isolamento do Brasil, deve-se à abertura da economia, aos avanços na negociação da dívida e ao programa de privatização. Em 1991, entraram US\$ 760 milhões só através das bolsas.

Um dos problemas mais sérios provocados por esse fluxo é a emissão de cruzeiros, que são trocados pelas divisas estrangeiras, mas o governo está compensando os efeitos inflacionários da emissão com a colocação de títulos destinada a enxugar a liquidez. Conforme Francisco Gros, o aumento da dívida pública em função da venda de títulos, mais a elevação dos juros, está previsto no programa econômico brasileiro e será de 10%, passando o endividamento público líquido de 16% para 17,6% do PIB.

Em seminário realizado ontem no Banco Central sobre o mercado

de capitais, o deputado Delfim Netto (PDS-SP) criticou a excessiva dependência do governo de recursos externos (em bolsas) que podem fugir a qualquer momento. Gros reagiu dizendo que é preferível receber investimentos estáveis em maior quantidade, mas que o volume atual é o possível no quadro da economia brasileira.

O objetivo do governo é alongar o prazo e diminuir os juros dos empréstimos externos feitos através da colocação de bônus e notas promissórias no exterior. Esse ajuste está sendo feito não apenas através de mecanismos de mercado, com a crescente confiança na economia brasileira, assim como de medidas governamentais. Na semana passada o BC baixou uma norma elevando de 24 para 30 meses o prazo mínimo para que um empréstimo esteja isento de imposto de renda.